

Patrícia Pedreiras assume instrução criminal

Juízo de Instrução Criminal de Ponta Delgada passa a ser liderado pela juíza Patrícia Pedreiras até ao próximo movimento judicial

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

A juíza Patrícia Pedreiras assumiu o juízo de instrução criminal de Ponta Delgada, sucedendo a Pedro Albergaria, que é o novo juiz presidente do Tribunal da Comarca dos Açores.

A nova juíza de instrução criminal de Ponta Delgada vai acumular funções com o 2.º juízo local criminal do tribunal de Ponta Delgada.

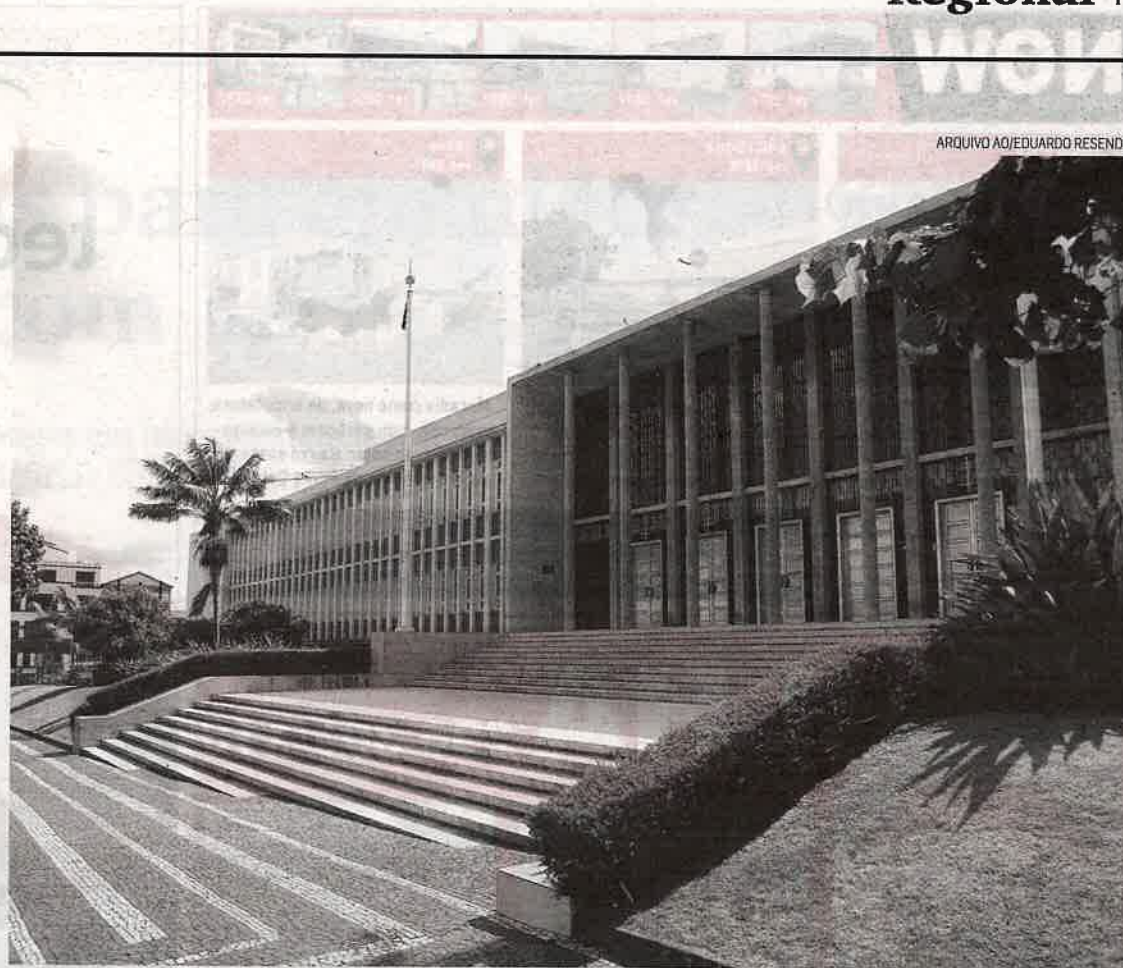
Esta foi a primeira decisão do novo juiz presidente da Comarca dos Açores. Pedro Albergaria explica que esta é uma medida de gestão, sendo que a juíza Patrícia Pedreiras vai manter estas funções até ao próximo movimento judicial,

que se realiza em setembro.

“Esta é uma medida que implica a acumulação de funções do juízo local criminal, que é um juiz de julgamento, com o lugar de juiz de instrução criminal de Ponta Delgada”, indica o juiz presidente.

Pedro Albergaria salienta que este é um lugar importante no funcionamento da justiça, porque é responsável pela realização de todas as instruções e interrogatórios de arguidos na ilha de São Miguel.

A juíza Patrícia Pedreiras, com larga experiência na área criminal, já tinha sido chamada para desempenhar o cargo de juíza do Tribunal de Execução de Penas dos Açores, quan-



ARQUIVO AO/EDUARDO RESENDES

Foi escolhida a juíza Patrícia Pedreiras para assumir a liderança da instrução criminal

do o mesmo foi criado em maio de 2019.

Também esteve nesse cargo a título provisório, enquanto se aguardava a realização do movimento judicial dos juízes.

Concurso para presidente

Neste momento está a decorrer o prazo do concurso para juiz presidente do Tribunal da Comarca dos Açores.

O juiz Pedro Albergaria assu-

miu a presidência da comarca, interinamente, desde 1 de janeiro, sendo um dos candidatos ao cargo. O processo de seleção do novo juiz presidente inclui, este ano, pela primeira vez, a audição de todos os juízes da comarca.

Esta foi uma alteração introduzida com o novo estatuto dos magistrados judiciais.

“O provimento do cargo é efetuado por nomeação do Conselho Superior da Magistratu-

ra, mas implica a audição obrigatória dos juízes nos Açores”, explica Pedro Albergaria.

O juiz, natural de Ponta Delgada, apresentou a sua candidatura ao cargo, estando a aguardar o resultado do concurso.

A nomeação do juiz presidente é efetuada por deliberação do Conselho Superior da Magistratura e deverá acontecer, previsivelmente, durante o próximo mês. ♦